

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.374 - SP (2019/0289239-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : C N D (PRESO)  
**ADVOGADO** : GUILHERME GOUVÊA PICOLO - SP312223  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, interposto em favor de **C N D**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 10 anos de reclusão, em regime prisional fechado, além do pagamento de 20 dias-multa, como incurso nas sanções do art. 217-A, *caput*, do Código Penal, bem como do art. 241-D, parágrafo único, I e art. 241-B, *caput*, ambos da Lei n. 8.069/1990, todos em concurso material de crimes, na forma do art. 69 do Código Penal. Na sentença, foi negado ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que conheceu, em parte, da impetração, para julgá-la prejudicada na parte conhecida.

Nas razões do recurso, a defesa sustenta, em suma, que o paciente é portador de paraplegia perinatal, por lesão medular congênita, bem como sofre com outras ocorrências patológicas quanto ao trato urinário. Afirma que o paciente faz uso diário de fraldas e sofre de outros problemas médicos envolvendo a bexiga, necessitando de atendimento especializado para tratar da deficiência e patologias a ela associadas. Aduz que a situação hoje vivenciada pelo paciente é de nítida afronta à sua dignidade. Assevera que o paciente é primário, trabalha, possui bons antecedentes e tem residência fixa. Ademais, o paciente encontra-se preso desde 27/10/2017, como se já estivesse cumprindo pena antecipada em regime fechado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja deferida a prisão domiciliar ao paciente, expedindo-se o alvará de soltura. Subsidiariamente, pugna pela concessão da liberdade provisória ou revogação da prisão preventiva.

#### É o relatório.

Decido.

Constata-se, desde logo, que a presente impetração constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 529.461/SP – cuja ordem foi parcialmente concedida para determinar que a Corte local analise o mérito do *habeas corpus* impetrado na origem como entender de direito, verificando a existência de eventual flagrante ilegalidade imposta ao paciente a justificar a concessão de prisão domiciliar –, e impugnam, ambos, acórdão proferido nos autos do HC n. 2116212-12.2019.8.26.0000, julgado pelo TJSP, apresentando identidade das partes e da causa de pedir, o que constitui óbice ao seu conhecimento.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA DE 5 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO.

# Superior Tribunal de Justiça

DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. RATIFICADOS OS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE NOVO TÍTULO JUDICIAL. REITERAÇÃO DE PEDIDO. ALEGAÇÃO EXAMINADA NO HC 467.147/MG. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarreta, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, sendo impróprio na via do recurso ordinário em habeas corpus" (RHC 103.651/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 13/11/2018).

2. No caso, a sentença condenatória e os embargos declaratórios entenderam que há prova da materialidade do crime, com base no laudo preliminar de constatação (e-STJ fl. 144) e no laudo toxicológico definitivo (e-STJ fl. 146), ambos realizados com amostras da quantidade total de drogas apreendidas, explicitando, ainda, que o paciente não era o proprietário de todas as drogas apreendidas.

3. Quanto ao pedido de recorrer em liberdade, a sentença condenatória não configura novo título a respaldar a prisão cautelar do paciente, porquanto que não foram agregados novos fundamentos. Assim, os requisitos da prisão preventiva do paciente já foram analisados por esta Corte no julgamento do HC n. 467.147/MG, de forma que o pleito em questão configura mera reiteração de pedido. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 518.020/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** este recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator